

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO ANO de 1954

ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

Embora nenhuma transformação de estrutura fosse assinalada, em 1954, quanto à administração escolar, cabe lembrar que, no ensino secundário, a *inspeção* foi reorganizada.

O decreto n.º 35.107, de 13 de fevereiro, criou novas funções de técnicos e inspetores de ensino médio, com melhor salário, para preenchimento através de seleção entre os atuais inspetores.

A criação das *inspetorias seccionais*, pela portaria ministerial n.º 134, de 25 de fevereiro, além de tornar o serviço de inspeção mais atuante e mais presente o Ministério da Educação e Cultura na assistência e orientação do ensino secundário, representou salutar medida descentralizadora. As inspetorias seccionais, muitas já instaladas, terão sede no Distrito Federal, capitais estaduais ou cidades consideradas pontos de mais fácil acesso aos municípios constituintes da respectiva área de inspeção. Os inspetores seccionais, auxiliados por inspetores itinerantes, uma vez por mês, pelo menos, estabelecem contato pessoal com os inspetores dos estabelecimentos, diretores, professores e alunos. Como se vê, ganhou o corpo de fiscais maior flexibilidade.

A inspeção nos moldes anteriores, planejada na base de 1 inspetor "para cada estabelecimento, até 400 alunos, exigiria 3.000 fiscais, quando só há 1.055. Por outro lado o cres-

cimento da rede escolar, incluindo ginásios de difícil acesso, levava o Ministério à contingência de solicitar a cooperação de servidores públicos não especializados, como coletores federais, agentes de estatística, etc. Outro inconveniente residia na excessiva centralização do serviço.

Outra portaria ministerial, de 29 de novembro de 1954, visando maior controle do ensino secundário, determinou o registro na Diretoria do Ensino Secundário dos candidatos a diretor e secretário de estabelecimentos desse grau, devendo o candidato comprovar capacidade pro-fissional, cultural e condições pessoais para a função.

Houve, ainda em 1954, a extinção das Delegacias e sub-delegacias Federais de Educação, por desnecessárias (portaria n.º 834, de 16 de setembro) e, também em setembro, a instituição da Comissão de Cultura do M.E.C, para coordenar os órgãos culturais dessa secretaria.

CAMPANHAS de EDUCAÇÃO

Foi criada, pelo Decreto n.º 35.247, de 24 de março, a *Campanha de Aperfeiçoamento e Expansão do Ensino Comercial* (CAEC), cujo regimento recebeu aprovação pela portaria ministerial n.º 398, de 11 de junho.

O Ministério da Educação, no ano findo, promoveu duas medidas do mais largo alcance, no sentido de

fazer participar homens de prol da vida econômica e cultural na solução de problemas do ensino secundário: a instituição, em junho, da Fundação do Ensino Secundário, entidade de direito privado que objetiva a expansão e aperfeiçoamento desse ensino, organizando novos estabelecimentos, cooperando com entidades públicas e particulares, estimulando o intercâmbio com organizações similares do país e do estrangeiro e organizando um sistema de financiamento de estudos e de bolsas para o curso secundário, isto através da Campanha Nacional de Bolsas de Estudo, também instalada em 54.

Continuaram a funcionar as campanhas criadas anteriormente, para atender aos apelos da conjuntura educacional brasileira.

A *Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior* (CAPES) realizou importantes estudos, dentre os quais sobressaem os dos seguintes projetos:

Estudo do pessoal de nível superior nas atividades econômicas, científicas e culturais e das necessidades para os próximos 5 anos — de caráter monográfico, por subsectores de atividades, contendo análise da distribuição em cada região dos profissionais superiores, por especialidade, das funções que exercem, da formação profissional, estudo das deficiências numéricas e qualitativas, recomendações para a organização de planos de formação e aperfeiçoamento, estabelecimento de um mapa do pessoal de nível superior (a ser preparado).

Projeto de estágios para profissionais de nível superior, em instituições brasileiras, compreendendo levantamento dessas entidades e da-

quelas que possuem pessoal carente de aperfeiçoamento, e organização de bolsas.

Programa Universitário, compreendendo projetos referentes a cursos, estágios e estudos especiais de aperfeiçoamento no país e no exterior de professores de ensino superior, e contratos de professores e técnicos estrangeiros e nacionais.

Programa de Quadros Técnicos e Científicos — compreendendo estudos, pesquisas e levantamentos destinados a esclarecer o conhecimento relativo às disponibilidades de profissionais de nível superior no país, sua distribuição e deficiências qualitativas e quantitativas.

Bolsas de Estudo — O Serviço de Bolsas de Estudo continuou o planejamento, concessão e administração das bolsas da CAPES. Levantamentos foram feitos para conhecimento das oportunidades de formação e aperfeiçoamento oferecidas no Brasil através de bolsas de estudo.

Levantamento das despesas públicas com educação e cultura — No 3.º trimestre foram concluídas as apurações das despesas estaduais referentes aos exercícios de 1953 e 54 e das municipais de 1953, mas não puderam ser levantadas as da União em 1953.

uma das mais destacadas tarefas da CAPES, ainda não concluída pela evidente complexidade do trabalho, foi o *Levantamento Geral da situação do ensino superior no país*.

A CAPES, em 1954, empreendeu 183 projetos, de acordo com o seguinte quadro demonstrativo-

REVISTA BRASILEIRA de ESTUDOS PEDAGÓGICOS

Setor	1.º tri- mestre	2.º tri- mestre	3.º tri- mestre	4.º tri- mestre	1954
programa Univer- sitário	6	12	14	16	48
Programa de Qua- dros técnicos e científicos	4	10	3	1	18
Serviço de Bolsas de Estudo	36	37	32	4	109
Serviço de Esta- tística e Docu- mentação	1	2	1	1	5
Centro de Estudos Educaçãois ..	—	—	1	2	3
Total da CAPES	47	61	51	24	183

A *Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino* (CALDEME) celebrou acordos com professores altamente qualificados, para produção de diversos manuais, tradução e adaptação de obras estrangeiras consagradas e análise de programas e livros didáticos de diversas disciplinas.

A *Campanha Nacional de Educandários Gratuitos* antes do encerramento do ano já instalara cerca de uma centena desses estabelecimentos.

A *Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar* (CILEME), propondo-se a medir e avaliar a situação real dessas modalidades de ensino, fazendo da escola o ponto de convergência de seus estudos, desenvolveu considerável atividade em 1954, ano em que promoveu, entre outras, as seguintes realizações:

Publicação de monografias: Acreditação de Escolas Secundárias nos Estados Unidos da América, por Tales de Melo Carvalho, *A educação em*

Santa Catarina, por J. Roberto Moreira, *A educação no Paraná*, por Erasmo Piloto, *O ensino por unidades didáticas*, por Irene Melo Carvalho, *A educação secundária no Brasil* (contribuição para o Seminário Interamericano de Educação Secundária, no Chile), por Jaime Abreu. Estavam em impressão, ao findar o ano, *O sistema educacional fluminense*, de Jaime Abreu, *A escola elementar e a formação do professor primário no Rio Grande do Sul*, de J. Roberto Moreira; em andamento, com publicação prevista para 1955, *A educação em Minas Gerais*, por Abgar Renault. *A educação no Ceará*, por J. Moreira de Souza, foi uma das últimas monografias concluídas ainda em 54.

Foram concluídos pela CILEME os trabalhos de investigação e relatórios parciais de pesquisa sobre a *Escola Secundária no Estado do Rio de Janeiro* e os estudos sobre Organização e Funcionamento do Colégio Macedo Soares em Volta Re-

donda, cujo relatório foi apresentado à Companhia Siderúrgica Nacional.

Iniciaram-se os trabalhos sobre *Métodos de Ensino no curso secundário no Distrito Federal*, série de estudos descritivos e críticos do ensino das diversas disciplinas, alguns já prontos.

Ficou terminada a coordenação básica dos estudos do *Mapa Cultural do Brasil*, por *Charles Wagley e Marvin Harris*, estando prevista a conclusão geral para 1955.

O projeto referente à *Padronização do teste DNE* para avaliação do nível mental de adolescentes, por Otávio Martins, teve concluídos os trabalhos de aplicação no Estado do Rio de Janeiro, ultimando-se em dezembro a elaboração estatística.

Outras realizações concluídas foram os estudos de Moisés Kessel, *Panorama estatístico do ensino elementar e médio no Brasil*, que aguarda publicação, *A dinâmica da matrícula 7ºo ensino primário do Brasil* e *A dinâmica da matrícula no ensino primário urbano e rural em S. Paulo e no Rio Grande do Sul*.

Tiveram curso várias outras pesquisas, cujo encerramento foi previsto para 1955: Análise fatorial das aptidões verbais; Ajustamento de currículo, evasão e repetência na escola primária brasileira; Estado cultural dos operários cariocas em relação à educação de adultos; Estudo sobre a literatura juvenil, com referência especial às histórias em quadrinhos; Estudo comparativo entre testes e exames clássicos para admissão às escolas superiores. Quanto a este, foram encerrados os trabalhos de aplicação dos testes, mas a conclusão geral depende de se obterem as notas finais dos cursos no ano letivo de 1954.

A Campanha Nacional de Educação de Adultos e Adolescentes Analfabetos estabeleceu, em 1954, o funcionamento de 15.300 cursos supletivos e 100 centros de iniciação profissional. Nos três anos anteriores à Campanha (1944-46) existiam no Brasil 1.908 desses cursos. Logo nos três primeiros anos após sua instalação, o respectivo número ascendia a 14.726.

DADOS ORÇAMENTÁRIOS DA EDUCAÇÃO

Tendo sido de 3.714 milhões de cruzeiros o orçamento do Ministério da Educação para 1953 e de 3.064 milhões em 1954, houve redução aparente. Na realidade tal não se deu, pois o orçamento de 1953 reunia, ao ser elaborado, os serviços de educação e saúde, nesse mesmo ano separados, com a criação do Ministério da Saúde, distinto da Educação e Cultura.

Tal cifra, porém, está muito longe de atender ao montante geral das despesas com a educação brasileira, assistidas ainda pelas unidades federadas, municípios e particulares, cabendo ao ensino público a maior porcentagem nos gastos, o que orça por 95 % nos graus superior e primário.

A 25 de novembro, pela lei n.º 2.342, que dispõe sobre a cooperação financeira da União em favor do ensino de grau médio, foi instituído o *Fundo Nacional do Ensino Médio*, destinado à melhoria e ampliação do sistema escolar desse grau no país. O Fundo constituir-se-á de dotação orçamentária nunca inferior a 0,1 da quota destinada à educação e cultura, da renda dos tributos fe-

derais que para esse fim se instituíam e de juros de seus depósitos. Será aplicada através da concessão de bolsas a estudantes e contribuição, mediante convênios, a estabelecimentos de ensino e entidades públicas ou particulares destinadas a promover o aperfeiçoamento do ensino médio.

Em 23 de dezembro foi baixada portaria ministerial designando os membros da comissão especial que elaborará o regulamento do Fundo.

NOVAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

Continuou o Governo federal o plano de construções escolares iniciado em 1946. Dentro desse plano, em 1953, haviam sido edificados 886 prédios (757 escolas rurais, 121 grupos escolares, 8 escolas normais), além da ampliação ou reconstrução de mais 8 escolas normais, elevando então ao total de **5.867** as novas escolas de diversos tipos instaladas dentro do plano da União (5.546 ER, 301 GE, 20 EN), exclusive 12 ampliações ou reconstruções (1 GE e 11 EN), dados esses que retificam outros anteriormente fornecidos.

Em dezembro de 1954 as escolas construídas desde o início do plano, através de auxílios do Instituto Na-

cional de Estudos Pedagógicos, apresentavam a seguinte distribuição:

Escolas rurais (ER): 6.957 programadas, das quais 6.028 concluídas 668 em construção e 261 ainda não iniciadas.

Grupos escolares (GE): 651 programados, além de obras em 4 já existentes, dos quais concluídos 411 novos e ampliados" 2, estando em construção 180 (e uma ampliação). a 60 (e uma ampliação) ainda não iniciados.

Escolas Normais (EN): foram programadas 68 novas e 30 ampliações ou reconstruções de prédios antigos, das quais concluídas 28 escolas e 14 obras em prédios já existentes; em construção, respectivamente, 35 e 11 e a construir 5 novas e 5 ampliações.

Instituições diversas: para estas, até setembro, foram concedidos 49 auxílios (a 13 novas e 36 ampliações), das quais então concluídas 8 novas e 27 ampliações, em construção uma nova e 7 ampliações e as restantes não iniciadas.

Assim, em 1954, foram concluídas 482 escolas primárias rurais, 110 (e uma ampliação) grupos escolares e 8 (e 3 ampliações ou reconstruções) escolas normais, além de instituições diversas.

O quadro abaixo dá uma expressiva idéia do esforço realizado:

da escola	Construções programadas desde 1946 até dezembro de 54.	CONCLUÍDAS				Em construção	A construir
		até 1950	de 1951 a 1952	Em 1953	Em 1954		
ER	6 957	3 789	1 000	757	482	668	261
GE	651 (4)	68	112 (1)	121	110 (1)	180 (1)	60 (1)
EN	68 (30)	2	10 (3)	8(8)	8(3)	35 (11)	5(5)
TOTAL	7 676 (34)	3 859	1 122 (4)	886 (8)	600 (4)	883 (12)	326 (6)

Entre (*) ampliações ou reconstruções. Excluídas as instituições diversas

Os dados precedentes referem-se, apenas, às escolas edificadas com auxílio federal.

Em outros setores apreciáveis realizações foram continuadas, como o prosseguimento das obras das cidades universitárias do Distrito Federal e de São Paulo.

Nove ilhas da Guanabara já estão unidas, formando a Ilha Universitária, o saneamento findou e já funciona o Instituto de Puericultura. As próximas inaugurações serão a Faculdade Nacional de Arquitetura, a F. N. de Engenharia e o Hospital de Clínicas.

Para se ter idéia da atividade dos Estados exemplifiquem-se com um de condições médias — o do Rio de Janeiro. esse Estado em 1953 construirá 48 prédios escolares com 187 salas e em 1954, só no 1.º semestre, 9 prédios com 53 salas, devendo o balanço final do 2.º semestre "registrar 62 novos prédios com 586 salas.

ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

Nenhuma alteração importante ocorreu, depois do estabelecimento do regime de equivalência entre os cursos de grau médio, instituído em 1953.

DESENVOLVIMENTO -QUANTITATIVO. ABERTURA de NOVAS ESCOLAS

As escolas *superiores* eram 303 em 1953, inclusive seis grandes universidades federalizadas. Em 1954, pela lei 2.373, de 16 de dezembro, foi criada a Universidade do Ceará, integrada no Ministério da Educação.

Em 1954 todos os Estados e o Distrito Federal contavam com es-

colas superiores (Mato Grosso, em 1953, constituía exceção, não possuindo nenhum estabelecimento universitário), totalizando 352 escolas em funcionamento, além de 17 estabelecimentos criados e não instalados. À frente situam-se São Paulo (76 em funcionamento e 2 não instalados), Distrito Federal (50), Minas Gerais (43 em funcionamento e 4 ainda não instalados), Rio Grande do Sul (32 e 1); contando entre 30 e 20, Pernambuco, Paraná, Bahia; entre 20 e 10, Rio de Janeiro, Ceará e Pará.

As faculdades mais numerosas são as de Filosofia (41 e mais 3 não instaladas), Direito (40 e 1), Ciências Econômicas (37 e 1), Odontologia (28 e 3), Enfermagem (28), Medicina (23 e 1), Serviço Social (22), Farmácia (21 e 3), Engenharia (21 e 2), Música e Canto (15), Agronomia (12), Belas Artes (9), Veterinária (8), Jornalismo, Educação Física, Biblioteconomia e Arquitetura (7 cada uma). Nos últimos lugares, quantitativamente, as de Química Industrial (5 e 1), Saúde Pública (4), Sociologia e Política (3 e 1), Administração (3), Diplomacia, Estatística, Museologia e Polícia (uma em cada natureza).

Existem no país 15 universidades urbanas (inclusive a do Ceará de recente criação) e 3 rurais. Das universidades urbanas, 3 situam-se em S. Paulo e 3 no Distrito Federal; duas em Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Sul, respectivamente; uma em cada qual das seguintes unidades federadas: Bahia, Paraná e Ceará.

Em 1954 subiam a 688 os estabelecimentos de ensino *comercial* sob inspeção, contra 613 no ano precedente.

1.768 escolas *secundárias* equiparadas ou reconhecidas, contra 1.656 em 1953, funcionaram no país, das quais 616 no D. Federal e capitais estaduais e 1.152 no interior. Das escolas referidas, quase 80% são particulares e 62% localizam-se em apenas 4 unidades federadas: São Paulo (26%), Minas Gerais (17%), D. Federal (10%) e Rio Grande do* Sul (9%). Além dessas, há os estabelecimentos federais, como p Colégio Pedro II Externato e Internato e os de ensino emendativo.

de 1.942 para cá, tem havido um crescimento médio de 100 estabelecimentos secundários por ano.

O plano da Campanha de Educação de Adultos e Adolescentes em 1954 abrangeu o custeio de 15.300 cursos de ensino supletivo e 100 centros de iniciação profissional, como ficou dito.

Segundo a "Sinopse Estatística do Ensino Médio — 1954", divulgação do Serviço de Estatística da Educação e Cultura, em 2.232 municípios brasileiros existiam 3307 estabelecimentos de ensino médio, sendo que 1431 não possuíam em 1954 estabelecimentos desse grau; 501 municípios possuíam estabelecimentos de ensino ginásial; 195 municípios tinham estabelecimentos com os cursos ginásial e colegial; 42, com o curso comercial básico, 165 com os cursos básico e técnico de comércio, 130 somente com o técnico, 534 com o normal (básico e pedagógico). Dos 3307 estabelecimentos existentes, 1819 eram secundários, 623 de ensino comercial e 865 normais. somente uma unidade federada não dispõe de escola de grau médio, o pequeno território de Fernando de Noronha. As unidades detentoras de maior nú-

mero de estabelecimentos desse grau são os Estados de S. Paulo (880), Minas Gerais (569), Rio Grande do Sul (290), o D. Federal (228), os Estados do Rio de Janeiro (193), Paraná (150), Pernambuco (149), Bahia (138), Santa Catarina (126) e Ceará (106). Os demais contam com menos de 100, ficando nos extremos dessa categoria Goiás (96) e o Território do Rio Branco (2).

Note-se que tais informes não incluem o ensino industrial nem o agrícola.

A mesma "Sinopse" assinalava, em 1954, 4210 unidades escolares de ensino secundário, comercial e normal, sendo 1480 nas capitais.

No início do ano letivo, havia 700.579 alunos matriculados naquelas modalidades de ensino médio, dos quais 345.709 nas capitais, distribuído-se 459.764 no ginásial, 65.406 no científico, 10.880 no clássico, 53.755 no comercial básico, 49.954 no técnico de comércio e 60.820 no ensino normal.

No ano anterior (1953) concluíram os referidos cursos 105 03 es-científico, 2.553 o clássico, 5.525 o científico, 2.553 o clássico) 5.525 o comercial básico, 10.830 o técnico de comércio e 15.601 o normal).

Em 1954, segundo a mesma fonte, no início do período letivo, assinalavam-se 1.785 unidades escolares com o curso ginásial (19 federais, 354 estaduais, 68 municipais e 1344 particulares); 537 com o curso científico (13 federais, 131 estaduais, 9 municipais, 384 particulares); 188 com o curso clássico (5 federais, 67 estaduais, 3 municipais e 113 particulares); 346 com o curso comercial básico (2 federais, 2 estaduais, 7 municipais e 335 particulares); 537 com

o curso técnico de comércio (3 federais, 7 estaduais, 13 municipais e 514 particulares); 817 com o curso normal (5 federais, 278 estaduais, 44 municipais e 490 particulares).

Convém notar que *unidade escolar e estabelecimento de ensino* nem sempre são expressões sinônimas. Quando um estabelecimento de ensino ministra os cursos ginásial, científico e normal, poderá ser computado como 3 unidades.

Quanto ao ensino industrial, o *Anuário Estatístico do Brasil — 1954* registrou, *ainda em 1952*, 272 unidades escolares com o curso básico (149 federais, 99 estaduais, 6 municipais e 18 particulares), 53 com o técnico (23 federais, 11 estaduais, 19 particulares), 54 com o de mestria <11 federais e 43 estaduais), com matrícula geral de 14160 no básico, 2136 no técnico e 690 no de mestria e, respectivamente, 1647, 410 e 210 conclusões de curso.

O mesmo Anuário, no tocante ao ensino primário, também com referência a 1952 ■— de quando datam suas informações mais recentes — registrava 84254 unidades escolares ■ 9009 nas capitais), com 149302 professores e matrícula geral de 5651564 e efetiva de 4733766.

Segundo a "Sinopse Estatística do Ensino Primário Geral — 1954", no fim do primeiro mês letivo do ano findo havia no Brasil 1810 unidades escolares ministrando o ensino pré-primário infantil, com um corpo docente de 3417 atendendo 91469 alunos matriculados.

Quanto ao ensino primário fundamental comum, no setor estadual, registraram-se 28422 unidades escolares, com 77324 professores e 2595788 alunos matriculados. No setor municipal, contavam-se 32594

unidades escolares com 40735 professores e 1322007 alunos. Havia, ainda, 6042 escolas particulares, com 15501 professores e 483709 alunos matriculados.

Em resumo, no Brasil, no fim do 1.º mês letivo de 1954 assinalaram-se 67058 unidades escolares de grau primário, servidas por 133560 professores e freqüentadas por 4401504 alunos.

A esses números devem acrescentar-se os do ensino fundamental supletivo : 5906 unidades escolares,... 7254 professores e 209408 alunos, e os do ensino complementar: 3353 unidades escolares, 4504 professores e 90833 estudantes.

Assim, com base naquela publicação, contava o país nos começos de 1954 com 78127 unidades escolares de ensino primário em geral, com 148735 professores e 4793214 estudantes.

PLANOS de ESTUDOS PROGRAMAS E MÉTODOS

A mais importante modificação ocorrida no ensino secundário data ainda de 1953. Foi a portaria n.º 81, de 13 de fevereiro, que permitiu maior flexibilidade nesse currículo. Os novos programas desse ramo do ensino médio vigoraram nas três primeiras séries do ginásio (sendo que os de História em todas as quatro séries) e em todas as do colégio.

Modificação substancial advirá se aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, cujo anteprojeto ainda está sob apreciação do Congresso, e que iniciará um movimento de emancipação educacional cujo espírito é o de libertar e

estimular a iniciativa particular, municipal, estadual ou federal no campo da educação, fugindo aos quadros rígidos ora vigentes.

No setor do ensino industrial, intensificou-se o método conhecido por T.W.I. (Training Within Industry), de preparação dentro da indústria, agora aplicado em escala nacional, com o fito de integrar o ensino industrial nas atividades dos meios produtivos.

Quanto ao ensino superior, criou-se a cadeira de língua tupi nas faculdades de filosofia.

O Instituto Nacional de Cinema Educativo continuou a estimular o emprego de auxílios áudio-visuais. Seu programa em 1954 abrangeu a produção de várias séries de filmes científicos e educativos, ampliação do fornecimento de programas a instituições de ensino, prosseguimento da revenda de projetores cinematográficos de 16 mm a estabelecimentos educacionais, execução de acordos com os estados para fomento do cinema educativo e criação de filmotecas regionais, etc. O Ministério entrou em entendimentos, pelo seu Departamento Nacional de Educação, com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que se encarregará da feitura de modernos mapas murais didáticos, com letras em tipos maiores, exclusão do supérfluo e colorido atraente.

PESSOAL DOCENTE

Não houve modificações importantes no seu processo de formação, exceto quanto ao dos professores de cultura técnica de ensino industrial, para o que foi assinado o decreto n.º 36268, de 1º de outubro, regulamen-

tando o funcionamento dos cursos pedagógicos de ensino industrial, de duas modalidades: o de didática e o de administração do mesmo ensino.

A portaria n.º 478, de 8 de junho, dispôs sobre o registro dos licenciados por faculdades de filosofia para o exercício do magistério secundário, expedindo novas instruções e determinando quais as disciplinas em que é lícito registrarem-se os graduados de cada um dos cursos dessas faculdades.

Algumas modificações foram introduzidas por administrações locais. Assim, no D. Federal, o decreto municipal n.º 12509, de 1.º de junho, estabeleceu, nesse exercício, regime intensivo para as alunas então matriculadas na 2.º série do curso normal do Instituto de Educação e da E. Normal Carmela Dutra, compreendendo o curso intensivo dois períodos (o 1.º de 15 de VII a 30 de IX, correspondente à terminação da 2.º série; o 2.º de I—X a 15-1-1955, condensando os dois períodos letivos da 3.ª série normal), com 30 horas semanais.

No Estado de Minas Gerais, a lei municipal de Belo Horizonte n.º 338, de 12-6-54, criou novas funções magisteriais e dispôs que a nomeação para o cargo de professor primário será inicialmente em caráter de estágio e só recairá em candidato com diploma devidamente registrado, dependendo a nomeação efetiva da obtenção de nota de aproveitamento no mencionado estágio. A nomeação para orientador só incidirá em normalistas e far-se-á obrigatoriamente por meio de concurso de títulos e provas.

O aperfeiçoamento do pessoal docente foi amplamente promovido.

sendo que a Coordenação dos cursos do INEP organizou estágios de aperfeiçoamento em diversas unidades da Federação e a Missão Pedagógica de Salvador, além de promover a assistência aos bolsistas. O aperfeiçoamento por meio de missões enviadas aos Estados beneficia o professor no próprio ambiente de sua atividade magisterial. Vários cursos foram mantidos pelas Diretorias do Ensino Industrial (pela equipe da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial) e do Ensino Secundário e outras organizações federais, estaduais, municipais e particulares. *A Campanha Nacional de Educação Rural*, em seu plano de 1954, incluiu 39 missões rurais, 61 cursos de treinamento de professores e líderes rurais e 47 centros sociais — rurais.

No setor do ensino emendativo convém lembrar a colação de grau, em fevereiro, da 1.ª turma de um curso que é o terceiro do gênero na América do Sul: o curso normal de formação de professores primários para surdos (Instituto Nacional de Surdos Mudos), sendo que em 1954 cerca de 60 novos professores ultimaram o mesmo curso. Também foram ministrados cursos de especialização (pedagogia especial e orto-fonia) para professores de surdos. O Instituto Benjamim Constant realizou cursos para professores e inspetores de cegos.

SERVIÇOS AUXILIARES, EXTRA-ESCOLARES, ETC.

Merenda escolar: A Comissão Nacional de Alimentação (CNA) estabeleceu em 1954 um programa de assistência a cerca de um milhão

de crianças, no D. Federal, Amazônia e Nordeste, cabendo sua execução ao Ministério de Educação e Cultura. Como medida preparatória, foi feito o levantamento da situação da merenda em todo o país, constatando-se que apenas 10% da população escolar recebiam assistência, sendo lamentável o estado de subnutrição de grande parte das crianças brasileiras, conforme concluiu inquérito realizado pela CNA, F.A.O. e W.H.O. (Organização Mundial da Saúde). A C.N.A. estenderá o programa nacional de merenda escolar a todo o país, graças à colaboração do M.E.C. e do F.I.S.I. (Fundo Internacional de Socorro à Infância), o qual remeterá leite desnatado em pó, pagando a C.N.A. o respectivo transporte. As merendas mais aconselháveis foram estudadas pelo Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil. Para executar o programa, a C.N.A. realizou convênio com organizações regionais, como o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, etc.

Radiodifusão educativa: Em inícios do ano mereceu o Serviço de Radiodifusão Educativa completa renovação, com a reorganização material de todas as dependências e da programação, assumindo o Brasil, desde 15 de março, posição pioneira no mundo, com 17 horas diárias de programas culturais, isentos de anúncios. O Colégio do Ar foi reiniciado, em nível secundário, com o concurso da Associação Brasileira de Educação, promoveram-se mesas redondas de educação.

Movimentos associativos, congressos — O Departamento Nacional de Educação auxiliou a realização de numerosos movimentos associativos, como o Congresso da União Nacional

de Estudantes, o Congresso Estudantil Cultural do Nordeste, a União dos Estudantes Secundários do Amazonas, o 1.º Festival de Arte e Cultura da Mocidade.

Foram numerosos os congressos e mesas redondas de educação, estudantis, culturais, locais, regionais, nacionais e internacionais realizados no país, além dos que, no exterior, contaram com a participação do Brasil. Em outros, embora aparentemente estranhos ao setor educacional, este assunto incluiu-se nos respectivos temários.

Podem ser citados os seguintes, entre outros:

XI Congresso Nacional de Educação (Paraná), em janeiro; *I Mesa Redonda de Ensino Industrial* (em São Paulo, em janeiro, Belo Horizonte, em fevereiro e Salvador, em junho); *III Congresso Nacional de Municípios* (em Minas Gerais, onde foi debatida a posição dos municípios face aos problemas de educação), *X Congresso de Estudantes Campistas*, *I Congresso Nacional dos Diretórios Centrais de Estudantes* (Bahia), *I Quinzena de Cultura do Diretório Central de Estudantes da U. do Brasil*, *XI Congresso Brasileiro de Geografia* (no Rio Grande do Sul, com a I Mesa Redonda sobre o Ensino da Geografia), todos em maio; *Congresso Pan-Americano de Assistência ao Cego e Prevenção da Cegueira* (em São Paulo, com debates sobre ensino de excepcionais), *III Congresso Estadual dos Universitários* Paraibanos, *Concentrações de professores do Ensino Secundário* (em várias cidades do Estado de S. Paulo), *I Congresso Brasileiro de Sociologia* (em São Paulo, onde foi aprovada resolução sobre o ensino de sociologia na escola secundária), es-

ses em junho; *II Congresso Nacional de Estudantes de Artes* (Bahia), *VII Congresso Nacional de Estudantes Secundários* (D. Federal, Bahia), *II Congresso Nacional de Estudantes de Engenharia* (S. Paulo), *IV Semana do professor Primário* (Bahia), *Seminário de Educação Secundária* (promovido no D. Federal pelo Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos para discussão das últimas experiências norte-americanas), *X Congresso Nacional de Universitários de Odontologia* (Estado do Rio de Janeiro), *III Congresso de Faculdades de Filosofia* (S. Paulo), *II Congresso de professores Secundários Evangélicos* (Rio Grande do Sul), *XVII Congresso Nacional de Estudantes* (principal certame estudantil, na Universidade Rural, à margem da rodovia Rio-São Paulo), *Congresso Intera-mericano de Educação de Base* (em São Paulo, onde se cogitou de conceituar educação de base e debater seus principais problemas), *I Congresso Brasileiro das Juventudes Musicais* (S. Paulo), *XI Congresso Metropolitano de Estudantes* (D. Federal), *VI Congresso da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos* (D. Federal), *I Congresso Brasileiro de Biblioteconomia* (Pernambuco), *Seminário de Trabalhos sobre a Administração de Serviço de Proteção à Infância* (D. Federal), *I Congresso Latino-Americano de Saúde Mental* (que, em S. Paulo, congregou médicos, psicólogos, professores e assistentes sociais para o debate, inclusive, de numerosos problemas de ensino), *Congresso de História Comemorativo da Restauração Pernambucana* (em Recife, com exposições, debates, cursos e conferências), *I Congresso Brasileiro de Geógrafos*-(em Ribeirão Preto, S. Paulo, onde

foi debatido o ensino da Geografia no Brasil), *XI Congresso Brasileiro de Química* (cujo temário incluiu o "Ensino da Química", em S. Paulo), todos em julho, mês de férias escolares; *III Festival Universitário da Arte* (promovido pela União Estudantil de Minas Gerais), *IV Congresso Sul-Americano de Pediatria e VIII Jornada Brasileira de Puericultura e Pediatria* (S. Paulo, tendo sido apresentada moção sobre o ensino nas faculdades médicas de duas cadeiras de pediatria e outra de puericultura), *VII Congresso Nacional de Enfermagem* (S. Paulo, com importantes debates sobre problemas de legislação do ensino de enfermagem), *I Congresso Internacional de Filosofia* (S. Paulo), todos em agosto; *Semanas de Estudos das Autoridades Escolares*, promovidas pelo Departamento de Educação do Estado de São Paulo, em agosto e setembro; *X Congresso Fluminense de Estudantes* (Estado do Rio de Janeiro), *Congresso de Cultura dos Estudantes Secundários* (Pernambuco, Limoeiro), *XIII Congresso Estadual dos Estudantes de Minas Gerais* (Viçosa), *IlColloquium Internacional de Estudos Luso-Brasileiros* (organizado pela Reitoria da Universidade de São Paulo), *I Congresso Brasileiro de Estudantes de Agronomia* (Piracicaba — S. Paulo), esses em setembro; *IV Semana de Estudos Jurídicos* (de âmbito nacional, em Curitiba, Paraná, compreendendo ainda o III Concurso Brasileiro de Oratória, ganho pela Faculdade de Direito de Niterói), *II Congresso de Editores e Livreiros do Brasil* (em S. Paulo, promovido pela Câmara Brasileira do Livro, para difusão e barateamento do livro, sobressaindo as teses sobre bibliotecas nas escolas primárias e li-

teratura infantil), *IX Conferência Nacional das Entidades Não Governamentais* (reunida no D. Federal para sistematizar a difusão dos objetivos da ONU e apreciar seus problemas básicos nos meios de ensino do país), *IV Reunião Brasileira de Zootecnia* (Recife, com apreciação de aspectos do ensino de veterinária), *VIII Congresso Metropolitano de Estudantes Secundários* (D. Federal), *I Congresso de professores da Região Sul-Fluminense* (Manga-ratiba, Estado do Rio), *Semana de Estudos das Autoridades Escolares do Ensino Secundário e Normal do Estado de São Paulo*, *II Congresso dos Estudantes Secundários da Bahia*, em outubro; *VIII Congresso Brasileiro de Geologia* (em Recife, com recomendações sobre intensificação dos cursos de engenharia de minas e geologia nas universidades), *III Conferência Interamericana de Contabilidade* (em S. Paulo, de que resultou recomendação à futura IV Conferência no sentido de criar comissão especial de educação para estudar a unificação de planos e métodos de ensino de contabilidade nos graus médio e superior), *ICongresso Mundial de Entidades de Imprensa* (S. Paulo), em novembro.

Participou o Brasil, ainda, de reuniões no estrangeiro, ou cooperou para sua realização, como, por exemplo, a *X Conferência Econômica dos Países Americanos* (em Caracas, onde foram apreciadas teses de cooperação cultural), *Seminário sobre o ensino da História na América* (S. João de Porto Rico, abril), *II Congresso da União Latina* (Madrid, maio), *XVII Conferência Internacional de Instrução Pública* (Genebra, julho), *VIII Congresso Internacional de Ensino Comercial* (Amsterdã,

agosto), *Congresso Internacional de Estudos sobre Educação de Adultos* (Dinamarca, em agosto), *VIII Conferência Geral da UNESCO* (Montevideu, novembro), *Seminário para educadores* (Montevideu, novembro, onde se reuniram especialistas do Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai), etc. Para o *IX Youth Fórum* (fins de dezembro) e o *Congresso Internacional de Estudantes Secundários* (janeiro de 1955), patrocinados pelo "New York Herald Tribune", preparou-se a representação brasileira, tendo a Diretoria do Ensino Secundário promovido concurso entre estudantes do 2.º ciclo para escolha do nosso delegado estudantil. Para

o *Seminário Interamericano de Educação de Santiago do Chile* (dezembro de 1954 — janeiro de 1955) ela borou o Prof. Jaime Abreu, da CILEME — Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar, um estudo sobre "A educação Secundária no Brasil".

OUTROS REGISTROS de 1954

Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação ■ — Foi instituído, no Conselho Nacional de Pesquisas, pelo Decreto n.º 35 124, de 27 de fevereiro. O Regimento do I B B D foi aprovado pelo Dec. n.º 35 430, de 29 de abril.

Ensino de Serviço Social — Foi baixado a 2 de abril o Decreto n.º 35 311, que regulamentou a Lei n.º 1 889, de 13 de junho de 1953.

Plano Nacional de Apuração da Estatística do Ensino Primário Geral — A resolução n.º 457, de 29 de outubro, da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística do IBGE aprovou o mencionado plano, elaborado pelo Serviço de esta-

tística da Educação e Cultura, do MEC.

Prêmio Semana da Marinha — Foi instituído em dezembro pelas autoridades navais, para despertar o interesse da juventude pela história naval. Nesse ano o tema das dissertações foi "A Marinha na Independência do Brasil".

Apelo presidencial — Apreciando o problema da educação nacional, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Dr. Café Filho, dirigiu à nação um apelo no sentido de mobilizar-se para a guerra contra o analfabetismo e a deseducação:... "A educação constitui um problema sem cuja solução não será possível enfrentar com bom êxito a crise geral em que se debate o país." Ver-berou o Primeiro Magistrado o "hábito do pistolão" e "o espírito de fraude que começa nas escolas e se estende depois na vida." Apontou, dentre os males da realidade educacional brasileira, a redução de período e programa da escola primária, a quebra de padrões do ensino médio, a rigidez da lei, o alto custo do ensino.

Educação de adultos — O censo de 1940 revelou que, dos menores entre 5 e 19 anos, sabiam ler 45,3%. O recenseamento de 1950 mostrou ter crescido a porcentagem de alfabetização para 52,7%.

Em 20 de outubro de 1954 foi baixada, no Ministério da Educação e Cultura, a portaria n.º 896, visando dar maior rendimento aos trabalhos de educação de adultos, pela racionalização dos respectivos serviços administrativos, atribuindo ao Setor de Orientação Administrativa instituído pela portaria ministerial n.º 619, de 9-IX-53, encargos até então cometidos a outros setores.

Período letivo de 1954 em São Paulo — A Lei n.º 2 357, de 2 de dezembro, (D. O. de 7-12-54), dispôs sobre o período letivo correspondente ao ano de 1954, no Estado de São Paulo, onde prolongada greve estudantil transtornara a vida universitária. A referida lei mandou não computar no cálculo da frequência as faltas durante a interrupção das aulas, autorizando o Ministério da Educação e Cultura a providenciar sua compensação e a realização de provas parciais e finais de 1.ª época.

Tendo em vista a normalização das atividades didáticas no ensino superior paulista, fora baixada a portaria ministerial n.º 945, de 12 de outubro (D. O. de 18.11.54), logo após a cessação da greve.

Ficou estabelecido o início em dezembro das 2.ªs provas parciais, cabendo ao Conselho Técnico Administrativo de cada Instituto fixar o período de exames finais, ressalvado o período legal de férias escolares.

Sistema Federal de Ensino Superior — A Lei n.º 2 337, de 20 de novembro (D.O. da mesma data), modificou a lei n.º 1 254, de 4 de dezembro de 1950, que dispõe sobre o Sistema Federal de Ensino Superior. A modificação consistiu na criação de cargos e na determinação de desmembrar o curso de arquitetura da Escola de Belas Artes da Universidade do Recife, para formar a Faculdade de Arquitetura.

Custeio do ensino médio ■ — Foi divulgado pela imprensa (Jornal do Brasil de 30 de outubro e outros) que para a manutenção do ensino médio os Estados concorreram com 47% das despesas, os particulares com 37%, os municípios com 10% e a União com 6%.

Experiência pedagógica de esco-

la integral no interior brasileiro — Em Leme, Estado de São Paulo, com aplicação da arquitetura funcional, o INEP projetou e irá construir um Centro Educacional, ao qual já reservou dotação de dois milhões, para o início das obras. Trata-se de um belo exemplo de esforço conjugado do povo e do Governo.

Barateamento do ensino — Em entrevista à imprensa ("A Noite", 12-XI-1954), o Sr. Carlos Pas-quale, Diretor do Departamento Nacional de Educação, encareceu o problema do barateamento do ensino, especialmente o de grau médio, que equiivale, com seus 600 000 alunos, a 12% da matrícula e 20% da frequência da escola elementar. Adiantou não ser possível resolver o problema do ensino médio contando apenas com as disponibilidades dos poderes públicos. Aliás, os estabelecimentos secundários já colocaram à disposição das autoridades 30 000 vagas para 1955. A amplificação do Colégio Pedro II trará novos benefícios.

Declarou o entrevistado que foi apresentado ao Ministro Cândido Mota Filho um plano de barateamento.

Ensino de enfermagem — Publicou o D. Oficial de 14 de dezembro de 1954 a lei n.º 2 367, de 7 de dezembro, que dispõe sobre o ensino de enfermagem em cursos volantes. As escolas de enfermagem e os departamentos estaduais de saúde poderão, durante 10 anos, organizar cursos de preparação de auxiliares de enfermagem, com a duração de 18 meses.

Campanha Nacional de Educação Rural — A portaria ministerial n.º 875, de 11 de outubro (D. O. de 14/X/54), determinou competir ao Diretor do Departamento Nacional de Educação, que será seu coordena-

dor, a superintendência da CNER.

Bolsas de estudos para expedicionários e seus filhos — Pela portaria Ministerial da Educação e Cultura n.º 515, de 28 de junho, foram baixadas normas reguladoras para concessão de bolsas de estudos a ex-combatentes e seus filhos.

Instituto Cearense de Pedagogia e Psicologia (ICEPP) ■ — um grupo de educadores, tendo à frente o irmão Guy Maurice, diretor — técnico da Faculdade Católica de Filosofia, fundou, em 8 de maio, no Ceará, o referido Instituto, com o objetivo fundamental de promover e estimular o estudo e a pesquisa da pedagogia e psicologia no estado nordestino.

Reorganização da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro — Foi promovida pela lei estadual n.º 2 146, de 12 de maio, passando a ser constituída a referida Secretaria pelos seguintes órgãos: Gabinete do Secretário, Serviço de Administração, Departamentos de Educação Primária, de Ensino Médio, de Educação Física, de Difusão Cultural, Casa do Estudante Fluminense, Fundação Anchieta e Serviço Social Escolar. como órgão consultivo, foi instituído o Conselho Estadual de Educação.

Plano de Educação Física e Recreação nos estabelecimentos de ensino de nível primário e pré-primário da Secretaria Geral de Educação e Cultura da Prefeitura do D. Federal: foi estabelecido pela resolução n.º 9, de 24 de maio, publicada no D. Oficial — II-de25 de maio.

Plano de Ensino Rural do Estado do Rio Grande do Sul: foi aprovado pelo Dec. 4 850, de 29 de janeiro (D. Oficial do Estado de 5-II-54). O ensino rural será ministrado nos ní-

veis primário e médio, em escolas rurais isoladas, escolas rurais reunidas, grupos escolares rurais e inter-nato rurais.

Centenário do Instituto Benjamin Constant — Comemorou-se no ano findo o 1.º centenário da grande instituição para o ensino de cegos, criada em 12 de setembro de 1 854 e cujo primeiro diretor foi o médico particular de D. Pedro II, Francisco Xavier Sigaud. Foi professor e depois diretor do estabelecimento por longos anos o republicano Benjamin Constant, que reaparelhou o então denominado Instituto Nacional dos Meninos Cegos, que depois de sua morte recebeu seu nome.

Instituto Pernambucano de Estudos Pedagógicos (IPEP) — O Diário Oficial de Pernambuco de 4 de julho publicou os estatutos do IPEP, sociedade civil sem fins lucrativos, destinada à pesquisa, investigação e aperfeiçoamento do ensino no campo pedagógico.

Ministros da Educação — Em 1 954 ocuparam a pasta, sucessivamente, os professores Dr. Antônio Balbino, Dr. Edgar Santos e Dr. Cândido Motta Filho. O atual Ministro, que sempre se distinguiu na vida cultural do país como advogado, professor universitário, jornalista e jurista, tomou posse a 1.º de setembro.

Universidade do Trabalho — Pela portaria n.º 480, de 25 de junho (D.O. de 16-VII.54), o Ministro da Educação e Cultura instituiu comissão destinada a estudar as bases para, a criação da Universidade do Trabalho.

Bolsas de estudos nos Estados Unidos à disposição de brasileiros — Em entrevista à imprensa, o sr. Eve-rett J. Burlando, chefe do setor de treinamento do Ponto TV no Brasil.

declarou que mais de 300 brasileiros em 1954 receberam bolsas do Governo dos Estados Unidos para aperfeiçoamento nesse país. As inscrições estão permanentemente abertas, devendo os interessados procurar a Embaixada Americana.

44 entidades nacionais e estrangeiras oferecem bolsas de estudos nos vários campos da atividade humana — Segundo levantamento feito pela CAPES em 1954 ("Boletim de informações sobre Bolsas de Estudo") quase meia centena de entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, ofereciam, naquela ocasião, oportunidades de aperfeiçoamento e formação de pessoal de nível superior.

Exposição de Publicações Estudantis

■— Realizou-se no Distrito Federal, na Associação Brasileira de Imprensa, de 1º a 15 de outubro, a mais ampla exposição do gênero no país. Prêmios foram concedidos a revistas e jornais, oficiais e particulares, impressos, mimeografados, datilografados ou manuscritos, que se distribuíam em setores próprios.

Restabelecido na P.D.F. o ensino industrial e criado o ensino agrícola — O Dec. municipal n.º 12 619, de 18 de outubro, tomou tais providências, enumerando os estabelecimentos onde serão ministrados esses ensinamentos.